

Governo estuda saída para honrar atrasado

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo vai tomar providências para recuperar os pagamentos em cruzeiros dos juros em atraso da dívida externa contratada junto a bancos credores com aval do Tesouro Nacional. "Hoje, nós não podemos honrar os pagamentos desses juros porque não temos recursos no orçamento, mas estamos querendo acelerar os levantamentos para sabermos a quanto montam, quais os devedores finais e como fazer para resolver o problema", disse ontem o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, já de volta a Brasília.

Ele acenou com uma única saída para resolver aquela questão ainda neste ano: "Poderíamos fazer um remanejamento de orçamento, tirando dinheiro de um lado e colocando no outro, mas para isso é preciso fazer uma proposta ao Congresso Nacional", adiantou o embaixador, confirmando que a proposta apresentada aos bancos,

prevendo pagamento de 15% dos atrasados até dezembro, leva em conta apenas os juros que estão depositados na autoridade monetária.

Na posição de final de outubro, os depósitos dos juros em atraso no Banco Central somavam US\$ 6,038 bilhões e 15% dessa posição corresponde a US\$ 905,7 milhões. A posição certamente mudará até o final do ano, mas com pequenas variações, na medida em que os juros do grosso da dívida externa, abrangida pelo último acordo e regulada pelo Multiyear Deposit Facility Agreement (MYDFA), só são depositados pelo BC de seis em seis meses, em março e em setembro.

Além desses depósitos, no entanto, há um valor razoável de juros — calculado em torno de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões — que deixaram de ser pagos pelos devedores finais do setor público e cujo aval não vem sendo honrado pelo Tesouro Nacional. O orçamento fiscal da União deste ano sequer fez alocação de recursos na rubrica dos



Jório Dauster

compromissos externos com aval do Tesouro.

O fato de aqueles juros não estarem depositados na autoridade monetária foi levantado pelos bancos credores nesta última rodada de negociações, encerrada em Nova York, na quarta-feira. O embaixador Dauster procurou ontem, logo após a audiência que teve com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, enfatizar que o Brasil em nenhum momento destas negociações questionou ou pretende questionar o aval da União conce-

dido nos empréstimos tomados junto ao exterior.

No entanto, as limitações em termos de recursos são hoje concretas e até mesmo constitucionais, já que o Banco Central não pode mais emitir cruzeiros para que o Tesouro honre os avais da dívida externa. "É uma questão de arrumação da casa que temos interesse em fazer", disse o embaixador. Caso não haja tempo ainda em 1990 para assegurar os recursos orçamentários necessários à cobertura da inadimplência de estados, municípios e empresas estatais, o acerto sobre aquela pendência poderá ser feito mais adiante.

Para se ter uma idéia dos valores em depósito no BC, sob as regras da Resolução nº 1.564 (que regula os depósitos dos pagamentos externos retidos no BC desde julho de 1989), vamos considerar abaixo a posição do dia 30 de setembro último, conforme dados do BC levantados ontem por este jornal:

• Em 30 de setembro, o BC contabilizou o total de US\$ 5,994 bilhões de juros

em atraso devidos a bancos credores estrangeiros e brasileiros, em depósito na 1.564. Aquele total é desmembrado em duas espécies: o depósito feito em moeda nacional, que fechou câmbio e envolve pagamento de juros de dívida refinanciada (regulado pela Circular nº 1.422), e os depósitos em dólar, regulados pela Circular nº 1.686, envolvendo juros pagos internamente referentes à dívida externa contraída com bancos e que não foi objeto de refinanciamento.

• Depósitos de juro em moeda nacional (Circular nº 1.422) — somavam US\$ 5,747 bilhões e tem três divisões: 1) os juros do MYDFA que envolvem principal em depósito já refinanciado, sobre o qual o pagamento do serviço é de responsabilidade do BC, e cujo valor em fins de setembro era de US\$ 4,712 bilhões. Esse valor só dará um salto significativo em março do ano que vem, tendo em vista o entendimento firmado acerca da semestralidade no pagamento. Também em setembro, o BC tinha em depósito na

1.422 o valor de US\$ 153 milhões de juros devidos a bancos brasileiros no exterior e de US\$ 882 milhões de juros a bancos credores estrangeiros, envolvendo pagamentos de estatais relativos à dívida fora do MYDFA, mas passível de refinanciamento.

• Circular 1.686 — envolve juros de dívida contraída junto a bancos que ficou fora dos acordos de reescalonamento, mas que o BC está retendo em depósito. São depósitos em dólar, no valor de US\$ 47 milhões, em nome de bancos brasileiros no exterior e de US\$ 200 milhões em nome de bancos estrangeiros, conforme posição de 30 de setembro.

Entre setembro e outubro, os juros atrasados junto a bancos em depósito no BC aumentaram de US\$ 5,994 bilhões para US\$ 6,038 bilhões. Vale notar que na rubrica do MYDFA, os juros contabilizados na 1.422 referem-se a amortizações efetivamente pagas pelo setor público junto ao BC e não considera, portanto, os pagamentos em atraso de principal.